

VIVIANE BEINEKE
organizadora

Educação musical *diálogos insurgentes*



COLEÇÃO
**MÚSICAS
EM DIÁLOGO**

HUCITEC EDITORA



A *Coleção Músicas em Diálogo* focaliza publicações no campo da música que valorizam a pluralidade, a diversidade, a reflexão e o diálogo na produção crítica de conhecimentos de natureza teórica ou prática, nas interfaces com abordagens educacionais, socioculturais, históricas, políticas, performáticas, composicionais, metodológicas ou interdisciplinares que contribuam com perspectivas criativas e inovadoras na área.

CONSELHO EDITORIAL

Coleção Músicas em Diálogo, vol. 3

Viviane Beineke

COORDENAÇÃO

(Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC)

Clarissa Foletto

(Universidade de Aveiro, Portugal)

Cláudia Ribeiro Bellochio

(Universidade Federal de Santa Maria – UFSM)

Edite Rocha

(Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG)

Ethel Batres

(Guatemala)

Eurides Santos

(Universidade Federal da Paraíba – UFPB)

Guillermo Martin Quiña

(Universidad de Buenos Aires, Argentina)

Luciana Requião

(Universidade Federal Fluminense – UFF)

Luka Mukhavele

(Universidade de Maputo, Moçambique)

Marcos Holler

(Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC)

Marita Fornaro

(Universidad de la República, Uruguai)

Monica Vermes

(Universidade Federal do Espírito Santo – UFES)

© Direitos autorais, 2023, da organização de
Viviane Beineke
© Direitos de publicação reservados por
Hucitec Editora Ltda.
Rua Dona Inácia Uchoa, 209
04110-020 São Paulo, SP.
Telefone (55 11 3892-7772)
lojahucitec.com.br

Depósito Legal efetuado.

Direção editorial: MARIANA NADA
Produção editorial: KATIA REIS
Assessoria editorial: MARIANA TERRA
Circulação: ELVIO TEZZA

Capa: MIGUEL VASSALI
Revisão: TIAGO CARTURANI

Fotografias das(os) autoras(es) Eloisa Costa Gonzaga, Sandra Mara da Cunha,
Sérgio Luiz Ferreira de Figueiredo, Teresa Mateiro, Vânia Beatriz Müller e
Viviane Beineke: SABRINA STAHELIN

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24

Educação musical : diálogos insurgentes / organizado por Viviane Beineke. – 1ª ed. – São Paulo : Hucitec, 2023. – 242 p. ; 20 cm. – (Coleção Músicas em Diálogo, v. 3).

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-8404-362-0

1. Música – estudo e ensino. 2. Educação musical. 3. Professores – docência. 4. Formação – educação básica e superior. I. Beineke, Viviane. II. Título. III. Série.

CDD 780.7

Ficha catalográfica elaborada por Camilla Castro de Almeida
CRB7/0041/21

sumário

APRESENTAÇÃO

- É pesquisa. É experiência-exercício. É educação. É insurgência. 13
É trabalho de professoras e professores
Cláudia Ribeiro Bellochio

CAPÍTULO 1

- Educação musical, criatividades e diversidades na escola: 19
encantando e desconstruindo discursos ingênuos
Viviane Beineke

CAPÍTULO 2

- Entre consciência negra/indígena e privilégio branco: 43
por uma educação musical antirracista que começa em nós
Flavia Candusso
Valnei Souza Santos

CAPÍTULO 3	
Educação musical anticapacitista: perspectivas humanizadoras e emancipatórias na escola	65
<i>Regina Finck Schambeck</i>	
CAPÍTULO 4	
Gênero e interseccionalidade: práticas músico-pedagógicas como vetores sociais de subjetivação	79
<i>Vânia Beatriz Müller</i>	
CAPÍTULO 5	
O coco de roda na Paraíba e a educação musical antirracista	95
<i>Eurides de Souza Santos</i> <i>Katiusca Lamara dos Santos Barbosa</i>	
CAPÍTULO 6	
Do movimento negro à educação musical antirracista: cultura afro-brasileira no livro didático	111
<i>Eloisa Costa Gonzaga</i>	
CAPÍTULO 7	
Crianças fazendo música: ampliar escutas docentes com a Sociologia da Infância	127
<i>Sandra Mara da Cunha</i>	

CAPÍTULO 8	
“É tipo assim, música não só se ouve, se sente”: escutando criativamente na escola	141
<i>Helena Lopes da Silva</i>	
CAPÍTULO 9	
Escola e educação musical: o que é ou o que pode ser?	161
<i>Teresa Mateiro</i>	
CAPÍTULO 10	
O ensino de música na educação básica: legislação educacional, conquistas e desafios para uma educação musical democraticamente acessível na escola brasileira	175
<i>Sérgio Luiz Ferreira de Figueiredo</i>	
CAPÍTULO 11	
Currículos criativos e inovadores em música: proposições decoloniais	191
<i>Luis Ricardo Silva Queiroz</i>	



Eloisa Costa Gonzaga

Doutoranda e mestra em Música pela UDESC. Cantora de música popular brasileira e professora de música com experiência na educação musical escolar, escolas especializadas de música e projetos sociais. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas Inventiva Educação Musical.
orcid.org/0009-0006-1407-7588
elo07gonzaga@gmail.com

CAPÍTULO 6

Do movimento negro à educação musical antirracista: cultura afro-brasileira no livro didático

Eloisa Costa Gonzaga

Nota da edição: Com o objetivo de destacar e dar maior visibilidade à produção das autoras mulheres, seu nome completo é incluído no texto, na primeira vez em que são citadas.

Como citar: GONZAGA, Eloisa Costa. Do movimento negro à educação musical antirracista: cultura afro-brasileira no livro didático. In: BEINEKE, Viviane (org.). *Educação musical: diálogos insurgentes*. São Paulo: Hucitec, 2023. p. 111-125.

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada.

Chimamanda Ngozi Adichie (2019, p. 32)

A conscientização sobre o racismo no Brasil e a necessidade de superar visões equivocadas de que há uma democracia racial no país são urgentes. Indicadores socioeconômicos comprovam as desigualdades em diversas esferas da sociedade brasileira, exigindo um complexo conjunto de ações de combate ao racismo. Nesse cenário, a escola tem papel importante e pode contribuir na construção de uma sociedade mais justa e equalitária.

No campo da música e, mais especificamente, da educação musical, é imprescindível compreender como as desigualdades operam, pois, mesmo reconhecendo a diversidade das culturas afro-brasileiras e indígenas, a hierarquização entre culturas ainda se mostra presente (Batista, 2018, Carvalho, 2016; Gomes, 2018; Luciana Prass, 1999). As ações afirmativas no país foram impulsionadas a partir da Constituição de 1988 e, no âmbito da Educação Básica, existe uma legislação que orienta e designa ações que visam à superação do racismo no contexto brasileiro, tendo como referência a Lei n. 10.639/2003 (Brasil, 2003), alterada pela Lei n. 11.645/2008 (Brasil, 2008a), que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena em todos os níveis de ensino. A partir da legislação, estados e municípios se organizam para cumprir a referida lei, com orientações do Ministério da Educação (MEC), que institui o documento para intermediar a construção de uma sociedade antirracista, que privilegia o ambiente escolar como um espaço fundamental no combate ao racismo e à discriminação racial.

A implementação dessas leis na educação brasileira é resultado de um processo de lutas de diferentes movimentos sociais negros. Nesse sentido, destaco a Frente Negra Brasileira (1930), o Teatro Experimental do Negro (1940), o Movimento Negro Unificado (1978), os blocos afro, as manifestações na Marcha Zumbi dos Palmares contra o racismo (1995) e a Conferência de Durban (2001). Nessa trajetória, os blocos afro, como o Ilê Aiyê, fundado em 1975, e o Olodum, fundado em 1979, e vários outros, contribuíram para o processo de reeducação a partir da música. São marcos históricos na luta contra a desigualdade racial, uma vez que promoveram e promovem um avanço positivo nos debates e acessos à educação. Nilma Lino Gomes (2011, p. 314), nos seus estudos sobre o movimento negro, afirma:

O movimento negro brasileiro tem se destacado na história do nosso país como o sujeito político cujas reivindicações conseguiram, a partir do ano 2000, influen-

ciar o governo brasileiro e os seus principais órgãos de pesquisa, tais como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse reconhecimento político tem possibilitado, nos últimos anos, uma mudança dentro de vários setores do governo e, sobretudo, nas universidades públicas, como, por exemplo, o processo de implementação de políticas e práticas de ações afirmativas voltadas para a população negra.

É importante ressaltar também que o papel do movimento negro é fundamental no âmbito da interpretação política sobre a questão social e racial na sociedade brasileira, pois sua relevância não foi restrita somente ao processo de denúncia, mas também ao de reflexão sobre a realidade social e racial e a reeducação da população no meio político e acadêmico (Gomes, 2017).

Ainda na historiografia dos movimentos negros, o debate sobre a superação do racismo também se faz presente em contexto acadêmico. No texto intitulado “Cor, intelectuais e nação na sociologia de Guerreiro Ramos”, Marcos Chor Maio (2015) reflete sobre o engajamento de Guerreiro Ramos no Teatro Experimental do Negro (1940), discutindo, a partir do campo da sociologia, as relações de hierarquização e poder no âmbito das relações étnico-raciais. O autor analisa como a produção do conhecimento interferiu e ainda interfere na construção da representação do negro brasileiro, incluindo o currículo escolar e universitário, por meio dos materiais que são produzidos e suas repercussões no dia a dia das instituições de ensino.

Esses estudos mostram que as relações de hierarquização e poder, das quais o racismo é estruturante, perpassam não só o âmbito dos comportamentos individuais, mas se constituem também nas relações institucionais, políticas e econômicas. O racismo é, portanto, uma regra, e não uma exceção, como afirma Silvio Almeida (2019). Sendo assim, as artes — e especificamente as músicas — presentes nos processos de educação e nas instituições escolares não estão isentas de uma reprodução ou manutenção de práticas racistas.

No contexto da Educação Básica, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é uma política pública vigente atualmente. Compreende um conjunto de ações do MEC voltadas para a avaliação e a distribuição de obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa¹. Por meio desse programa, escolas públicas de educação básica da rede federal, estadual, municipal e distrital recebem, de forma sistemática, regular e gratuita, livros didáticos previamente selecionados. Sendo assim, o PNLD é abrangente e pode ser considerado um dos principais instrumentos de apoio ao processo de ensino-aprendizagem nas escolas beneficiadas.

¹ Para encontrar mais detalhes sobre o PNLD, o site do MEC disponibiliza todas as informações no link: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>. Acesso em: 09 ago. 2023.

Considerando que o livro didático está presente na educação básica, justifica-se a relevância de analisar como a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER)² está sendo contemplada em coleções destinadas ao ensino de arte/música. Partindo dessa problematização, neste capítulo, reflito sobre a maneira como a música e a cultura afro-brasileira estão presentes em livros didáticos para o ensino de Arte³ na escola pública de educação básica. Por meio dessa análise, busco compreender também como a área de educação musical tem assumido compromisso e responsabilidade na construção da ERER.

Construindo um olhar sobre o conteúdo afro-brasileiro no livro didático

Desde que foi homologada, em 9 de janeiro de 2003, a Lei n. 10.639/2003, modificada pela Lei n. 11.645/2008, que torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, foram publicados documentos de apoio, incluindo diretrizes e estudos que indicam como esses conteúdos podem ser abordados nos espaços de ensino e nos níveis da educação brasileira. Dentro de uma política de ERER, no ano de 2004, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou o parecer que propõe as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Africanas e Afro-Brasileiras* (Brasil, 2004)⁴. Ele traz questões, informações, marcos legais, bem como agenda de relevância no governo federal, ao conhecimento de todos os setores interessados da sociedade. Essa publicação apresenta princípios e ações educativas de combate ao racismo e à discriminação.

Além da publicação desses importantes documentos, pesquisas sobre o racismo e a discriminação na escola e nos materiais didáticos já reivindicavam políticas públicas na agenda do governo. No ano de 2005, Kabengele Munanga (2005) organizou o livro intitulado *Superando o racismo na escola*, que apresenta textos de diversos autores, em diferentes áreas e disciplinas do ensino fundamental, mobilizando forças vivas para combater o racismo. Entre essas forças, ele argumenta que a educação escolar tem um papel de destaque, embora não possa resolver tudo por si mesma.

Dentre os vários artigos apresentados no livro, destaco o texto de Ana Célia da Silva (2005), intitulado “A desconstrução da discriminação no livro”. Ao longo de sua relevante trajetória de pesquisas sobre a representação do negro no livro

2 Apesar de a legislação incluir as culturas indígenas, nos limites desta pesquisa abordo somente as culturas africanas e afro-brasileiras.

3 Utilizo Arte em maiúscula para me referir ao componente curricular da Educação Básica brasileira, que inclui arte visual, teatro, dança e música.

4 O documento foi elaborado conjuntamente entre o MEC e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR/MDH).

didático, a autora também analisa as contribuições desses livros para a educação brasileira. Segundo ela, é um dos materiais pedagógicos mais utilizados pelas(os) professoras(es), principalmente nas escolas públicas, nas quais, “na maioria das vezes, esse livro constitui-se na única fonte de leitura para os alunos oriundos das classes populares” (Silva, 2005, p. 22).

Por ser um documento de relevância, principalmente nas escolas públicas, o livro didático, por muito tempo, contribuiu para reforçar o racismo e a discriminação. No entanto, mesmo assim, Silva (2005, p. 33) pondera que “[...] na relação entre professor, conhecimento e aluno, existe a possibilidade de apreensão da dissonância causada pelo estereótipo e de sua correção, através de atividades crítico-criativas [...]”. Nessa perspectiva, a autora descreve e propõe uma série de estratégias para desconstruir, em sala de aula, as representações racistas e preconceituosas, que estão inculcadas em livros didáticos das décadas de 1980 e 1990, sobre as pessoas negras e seu papel na sociedade.

No ano de 2006, o MEC, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD)⁵, publicou o documento intitulado *Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais* (Brasil, 2006). O material busca cumprir o detalhamento de uma política educacional que reconhece a diversidade étnico-racial. Esse detalhamento é apresentado com sugestões de atividades pedagógicas em correlação com faixa etária e situações específicas de cada nível de ensino, incluindo sugestões de recursos didáticos e bibliografia específica.

Posteriormente, no ano de 2008, foi publicado o documento *Contribuições para Implementação da Lei 10.639/2003* (Brasil, 2008b)⁶, com o objetivo de desenvolver proposta de plano nacional contendo metas para a implementação efetiva da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), alterada pela Lei n. 10.639/2003, em todo o território nacional. Entre as metas e estratégias, o documento prevê e enfatiza as diferentes responsabilidades dos poderes executivos, legislativos e dos conselhos de todas as esferas do poder público no processo de implementação e institucionalização da Lei n. 10.639/2003 nos sistemas de ensino.

Em relação ao componente curricular Arte, o PNLD é uma política recente. A avaliação e a distribuição de livros didáticos de Arte pelo governo federal passaram a ser efetivadas no edital de 2015 para o ensino médio; em 2016, para os anos iniciais do ensino fundamental; em 2017, para os anos finais do ensino fundamental (Karla B. S. Souza, 2018). Diferentemente de outras disciplinas do currículo escolar, os livros didáticos de Arte e língua estrangeira moderna são acompanhados de um CD de áudio. Os livros didáticos de Arte incluem conteúdos de um conjunto de linguagens artísticas que configuram a área nos currículos escolares,

5 Atual Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECAD).

6 Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial, instituído por iniciativa do MEC, por meio da Portaria Interministerial MEC/MJ/SEPPIR n. 605, de 20 de maio de 2008.

como arte visual, teatro, dança e música. Estreitando a discussão, analiso e reflito sobre como a cultura afro-brasileira está sendo contemplada em livros didáticos de Arte, com foco nos conteúdos de música.

Abordagens músico-pedagógicas: a ERER e a educação musical

Entendendo que o livro didático é um documento importante na construção, positiva ou negativa, de uma identidade racial e cultural, é fundamental pensar que, no ambiente escolar, ele representa a produção do conhecimento. Com esse enfoque, pergunto: como os livros didáticos trouxeram (ou não) um destaque às pessoas negras na música? Foi dada a devida importância às vozes negras e seus saberes musicais nesses materiais? E a musicalidade negra e os conteúdos musicais, como foram abordados?

Em consonância com o objetivo da pesquisa por mim desenvolvida (Eloisa Costa Gonzaga, 2020), analisei os livros do 8º ano dos anos finais do ensino fundamental, de três coleções diferentes, são elas: *Por toda parte* (Solange Utuari et al., 2018), *Mosaico Arte* (Bea Meira et al., 2018) e *Teláris Arte* (Eliana Pougy; André Vilela, 2018). As coleções analisadas fazem parte do edital do governo federal para o PNLD do ano 2018, em vigor entre os anos de 2018 e 2020.

Algumas reflexões são importantes para orientar as discussões que realizo dos materiais. Um aspecto relevante foi incorporar a compreensão de que o livro didático expressa as narrativas do currículo presentes na escola. Por muito tempo, o currículo reforçou a ideia de uma cultura hegemônica na qual as pessoas brancas são o *normal*; e as pessoas negras e indígenas, o *outro*. Nesse sentido, é necessário refletir sobre como as pessoas negras são narradas nos livros. Como questionam Débora C. Araújo e Luiz T. F. Dantas (2019): as narrativas ainda fixam os sujeitos e os movimentos sociais em noções estereotipadas ou realizam uma interpretação emancipatória das lutas dos grupos sociais?

As análises procuraram capturar a maneira como as culturas afro-brasileiras e as pessoas negras são retratadas e narradas, com critérios pautados nos próprios documentos legais, como as Leis n. 10.639/2003 e n. 11.645/2008 e as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Importante atentar que é preciso dimensionar a interpretação entendendo os processos históricos, políticos e culturais causados pelo racismo cotidianamente, seja pela negação, pela desvalorização, pelo silenciamento e ocultamento das contribuições do continente africano e da diáspora africana e pela imposição do branqueamento, o que revela o epistemicídio (Sueli Carneiro, 2005).

Cada um dos livros analisados construiu uma abordagem músico-pedagógica distinta da educação musical nas relações étnico-raciais, trazendo, conseqüentemente, um modo diferente de olhar e incluir conteúdos relativos à música e cultura afro-brasileira na escola. Para descrever essas abordagens pedagógicas da EREER na educação musical, elaborei três categorias: (1) *presença de pessoas negras na música*; (2) *vozes negras e saberes musicais*; (3) *musicalidade negra e conteúdos musicais*. Alguns temas foram fundamentais para a construção de cada abordagem, visto que, como aponta Gomes (2012), as narrativas sobre a população negra dialogam com um paradigma de conhecimento que não se separa da corporeidade, cognição, emoção; e que não há hierarquia entre conhecimento, saberes e culturas.

Presença de pessoas negras na música

As discussões presentes nos documentos que discutem a Lei n. 10.639/2003 e sua implementação nas escolas de educação básica denotam que é imprescindível observar que a trajetória do negro é diversa e pode acontecer de diferentes lugares e musicalidades. O modo como essa questão é abordada nos livros didáticos é relevante, motivo pelo qual destaco a análise deste aspecto na categoria que chamo *Presença de pessoas negras na música*. Ao contrário de abordagens que reforçam papéis sociais estereotipados para as pessoas negras (Eva A. Lacerda, 2018; Silva, 2005), as três coleções mencionadas apresentam diferentes artistas negras(os), que atuam em contextos variados. Pensando no ambiente escolar, a visibilidade dada a essas(es) artistas, seja nas suas produções artísticas, nos projetos ou nos símbolos culturais representados de forma positiva, é importante para que crianças e adolescentes se reconheçam nessas representações, o que pode, inclusive, elevar sua autoestima (Djenane Vieira dos Santos Silva; Eduardo Guedes Pacheco; Wenderson Silva Oliveira, 2022).

Nesse aspecto, a coleção *Mosaico Arte* (Meira et al., 2018) apresenta artistas negras(os) com diferentes trajetórias, como o músico estadunidense Bob McFerrin, que aparece em foto cantando com um microfone na mão, com formação influenciada pela música europeia e o jazz (Meira et al., 2018, p. 141); o músico brasileiro Naná Vasconcelos, que construiu sua trajetória na música popular brasileira e é representado por fotografia tocando o berimbau, instrumento afro-brasileiro (Meira et al., 2018, p. 147); e a bailarina de balé Ingrid Silva, que aparece em imagem do livro fazendo uma posição da dança durante uma apresentação (Meira et al., 2018, p. 130). Com base nesses exemplos, o texto de orientação ao professor sugere que a dimensão do racismo no percurso profissional das(os) artistas negras(os) seja

discutida em sala de aula com as(os) estudantes. No caso da bailarina Ingrid Silva, por exemplo, a sugestão é abordar a dificuldade de encontrar vestuário e adereços específicos do balé para o seu tom de pele.

Vozes negras e saberes musicais

Apresentar de forma positiva a história e a cultura afro-brasileira nos livros didáticos é outro aspecto ressaltado nas *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação para as Relações Étnico-Raciais* (Brasil, 2004). As análises sobre o modo como conteúdos relativos aos saberes e tradições musicais da cultura afro-brasileira são apresentadas nos livros são discutidas na categoria que chamo *Vozes negras e saberes musicais*. Isso envolve abordar saberes que são construídos a partir do seu universo cultural. É imprescindível, por exemplo, superar o estigma de atrelar pessoas negras à escravidão, como se a história da população negra tivesse começado com a colonização e não milênios antes, no continente africano. E isso vale também para a população indígena.

Nesse quesito, a coleção *Por toda parte* (Tutueri et al., 2018, p. 106) amplia, em relação a abordagens mais centradas em uma única cultura, a dimensão da música de percussão, relacionando o tambor a diferentes religiões, de diferentes tradições culturais. Trazendo a foto de um djembê, instrumento de origem africana, o livro faz referência também ao uso do tambor no Candomblé e na Umbanda, no Brasil. No entanto, não são problematizadas questões sobre o racismo religioso e a violência nessas relações, que estão para além do instrumento, envolvendo a formação da identidade negra. O livro também destaca a percussão como prática importante no projeto social Meninos do Morumbi, retratada por fotografia de uma apresentação ao ar livre (Tutueri et al., 2018, p. 113). No entanto, ao mesmo tempo em que a imagem do grupo apresenta pessoas negras tocando, suas narrativas não são trazidas no livro, o que enfraquece o protagonismo dos seus integrantes, pois quem fala sobre eles é o coordenador do projeto, homem branco.

Musicalidade negra e conteúdos musicais

Outra abordagem pedagógica que observei nos livros didáticos analisados, que chamo de *Musicalidade negra e conteúdos musicais*, caracteriza-se por valorizar a presença de informações sobre as musicalidades negras enquanto práticas de sociabilidades. O ensino de música precisa incluir os saberes que são produzidos na coletividade e fundamentados na perspectiva da herança africana. É o caso, por

exemplo, dos blocos afro, considerando que fazer música envolve recontar a história do negro a partir da filosofia africana (Nogueira, 2014).

Quanto a esse aspecto, o livro da coleção *Teláris Arte* apresenta, no capítulo *Arte e afirmação*, o grupo de percussão Olodum como uma referência de musicalidade afro-brasileira (Eliana Pougy; André Vilela, 2018). Além dessa referência, são apresentados outros ritmos afro-brasileiros como batuque, frevo, samba de roda, afoxé, coco de roda e samba, com desenhos de pessoas tocando instrumentos (Eliana Pougy; André Vilela, 2018, p. 166). No samba, são citados como exemplo Pixinguinha, considerado um dos maiores compositores brasileiros, e Tia Ciata, personalidade importante no universo musical do Rio de Janeiro do final do século XIX (Eliana Pougy; André Vilela, 2018, p. 164). Nessa abordagem, a coleção *Teláris Arte* contribui para pensar práticas musicais que não se restringem à notação musical formal, reconhecendo saberes que envolvem a comunidade e estão fundamentados nos conhecimentos da filosofia africana, além de trazer à discussão questões sobre a importância de valorizar a diversidade e fomentar um olhar crítico das(os) estudantes sobre as desigualdades sociais.

O conteúdo de música e o antirracismo: o que os livros apresentam?

No percurso desta pesquisa, observei que cada livro didático apresenta uma abordagem pedagógica potente à EREER no ensino de música. Cada uma das coleções apresenta perspectiva que contempla mais fortemente um dos três eixos de análise, mas também foi possível identificar que algumas coleções apresentam conteúdo que transita em mais de um dos três eixos apresentados e discutidos. A coleção *Mosaico Arte*, ao trazer a valorização de trajetórias diferentes de artistas negros(os), fazendo relação com temas como racismo, desigualdades sociais, a profissão de artista, entre outros, contribui para a ideia de que a história e a cultura negra são diversas e estão presentes em diferentes contextos. A coleção *Por toda parte* amplia a dimensão da música de percussão, relacionando o tambor a diferentes religiões, no Brasil, fazendo referências ao Candomblé e à Umbanda, e a percussão como prática importante no projeto social Meninos do Morumbi. Desse modo, valoriza os saberes musicais afro-brasileiros, em sua ancestralidade. A coleção *Teláris Arte* contribui para pensar uma prática musical que envolve a comunidade e está fundamentada em conhecimentos da filosofia africana e seus valores, ressaltando suas musicalidades. Além disso, enfatiza a importância dessas discussões se fazerem presentes em sala de aula, visando à valorização da diversidade e à construção de um olhar crítico das(os) estudantes sobre as desigualdades sociais.

No que diz respeito às características de cada coleção, percebe-se que as três coleções trazem perspectivas diferentes em relação à maneira como a EREER é contemplada e ao modo como os conteúdos são organizados, propondo atividades diversificadas em relação à música. No entanto, é necessário salientar que, mesmo apresentando um avanço na presença das pessoas e das musicalidades negras nos materiais analisados, percebe-se que ainda há uma tendência de centralidade na cultura europeia. Na coleção *Por toda parte*, por exemplo, a seção *Instrumentos que o tempo traz* (Utuari et al., 2018, p. 52-52) apresenta uma figura com ilustrações de uma variedade de instrumentos musicais, cada um acompanhado de uma breve descrição. Abaixo da figura consta uma linha do tempo, situando os períodos em que foram criados. As descrições não fazem nenhuma menção ao continente africano, mas identificam os lugares quando se trata do continente europeu. No mesmo livro, é apresentado um capítulo dedicado aos tambores, relacionando-os com diferentes lugares e práticas músico-culturais no mundo. Entretanto, o texto não reflete sobre as tensões produzidas no contexto de desigualdades em que essas manifestações estão inseridas.

Um olhar sobre as referências bibliográficas citadas em cada um dos livros didáticos analisados revela que as três coleções citam como fundamentação teórica abordagens pedagógico-musicais de educadores dos chamados métodos *ativos*, como Carl Orff (1895-1982), Edgar Willems (1890-1978), Zoltán Kodály (1882-1967), Émile Jaques-Dalcroze (1865-1950) e Maurice Martenot (1898-1980), todos brancos com formação musical centralizada na Europa e no século passado. A coleção *Por Toda a parte* inclui também nas referências autores como Raymond Murray Schafer (1933-2021) e John Paynter (1931-2010) os quais, apesar de apresentarem abordagens mais contemporâneas, também representam valores da chamada música erudita.

Do ponto de vista pedagógico, são evidentes os avanços na inclusão de conteúdos relativos às músicas e às culturas afro-brasileiras. No entanto, no que diz respeito aos fundamentos da pedagogia da educação musical citados nos livros analisados, percebe-se que temos ainda um longo caminho a percorrer, porque a bibliografia da área de educação musical apresentada não contempla a presença, os saberes e as musicalidades da cultura afro-brasileira, muito menos a representatividade de autoras(es) negras(os). Nesse sentido, há um descompasso entre as abordagens pedagógicas, as culturas musicais afro-brasileiras, o material bibliográfico e a atual produção da área de educação musical nessa temática, que vêm crescendo significativamente.

É importante reconhecer e valorizar o movimento que autoras(es) da educação musical, negras(os) e brancas(os), vêm provocando nos congressos das nossas associações de área, como a Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM), a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM) e a Seção Nacional Brasil do Fórum Latino-Americano de Educação Musical (FLADEM Brasil). O modo como as associações vêm atuando tem fortalecido a formação de coletivos de autoras e autores negras(os), que vêm assumindo cada vez maior

protagonismo na coordenação de grupos de trabalho que problematizam as desigualdades, a reprodução de saberes hegemônicos, na luta por uma sociedade mais justa.

As coleções analisadas apresentam narrativas que contemplam a cultura afro-brasileira em livros didáticos, em processo que vem avançando, conforme avançam também as políticas públicas para a EREER na educação básica. No entanto, mesmo assim é fato que precisamos seguir no compromisso de uma educação musical antirracista. Referente às diretrizes para a EREER, os estudos da branquitude⁷ configuram um campo de pesquisa necessário para que se possa pensar sobre todos os privilégios que abarcam o campo da música e a área de educação musical, seja nos materiais, nos fundamentos pedagógicos e na formação de professores.

Apontamentos para uma educação musical antirracista

Das reflexões feitas até o momento, é importante compreender o caminho que a área de Educação Musical vem construindo na abordagem da EREER. De todas as indagações e problemáticas evidenciadas, é fundamental a continuidade do debate, no cerne da educação musical, questionando as concepções pedagógicas musicais eurocentradas, trazendo pesquisas que abordem saberes outros para pensar os processos de aprendizagens musicais. Como acusa Beatriz de Souza (2023), essa centralidade das pedagogias eurocentradas ainda é evidente na área de educação musical nos dias atuais, limitando a formação de professoras(es) de música e, conseqüentemente, a ação docente.

Sobre os avanços possíveis de pontuar, é importante citar o modo como a interlocução da educação musical com outros campos de conhecimento tem contribuído para a discussão sobre o racismo no campo da música. Um marco histórico é também a publicação da ANPPOM com o coletivo Mwanamuziki⁸ intitulada *Música e pensamento afrodiaspórico* (2022), organizado por Eurides Santos, Luan Sodré e Marcos Santos. A publicação apresentou 15 capítulos de diferentes áreas do campo da música, que abordam a diáspora africana e a relação com os marcadores sociais, culturais, territoriais, políticos, raciais, étnicos e econômicos. Sobre tudo o que foi analisado dos conteúdos que os livros apresentaram, é fundamental incorporar os saberes que vêm sendo produzidos pelas pesquisadoras e pesquisadores negros(os), incluindo outros modos de pensar a educação musical na escola, seus conteúdos e abordagens, construindo pedagogias musicais comprometidas com a su-

⁷ Sobre os estudos da branquitude, recomendo o capítulo de Flavia Candusso e Valnei Souza Santos presente nesta publicação.

⁸ Mwanamuziki é um coletivo de pessoas negras pesquisadoras de música e foi criado com o objetivo de atuar no combate aos racismos nos cursos de música do Brasil. Sugiro acessar o site disponível em: www.coletivomwanamuziki.com. Acesso em: 09 ago. 2023.

peração do racismo. O movimento de pessoas negras na música vem sendo apoiado também por pessoas brancas, com engajamento na temática em diferentes áreas da música. Nas interfaces com a etnomusicologia, entre os trabalhos, destaco o projeto *Encontro de Saberes*, que promove a inclusão dos saberes de mestras e mestres dos povos tradicionais, indígenas, afro-brasileiros, quilombolas e das culturas populares na docência de disciplinas nas universidades (Carvalho et al., 2016).

Ao analisar os materiais com o objetivo de compreender como a música e a cultura afro-brasileira estão presentes em livros didáticos de Arte do PNLN, é possível destacar a importância de se ter documentos que orientam as diretrizes para a EREER, visando à superação do racismo nos materiais didáticos e na prática em sala de aula. Pensando nos materiais didáticos e na sua relevância para o dia a dia na escola, é importante assumir ações antirracistas. Um ponto relevante da cultura afro-brasileira a ser considerado na educação musical é pensar nas africanidades como um universo de existência coletiva. É urgente que a área, enquanto campo de conhecimento, desenvolva pedagogias que reconheçam os valores e as tradições do vasto continente africano, compartilhado no cotidiano da população negra no Brasil, no processo afrodiáspórico. Nesse sentido, este trabalho pode contribuir com debates que fortaleçam políticas públicas voltadas a essas questões, como também nos cursos de licenciatura e na formação de professores, por indicar abordagens que correspondem a uma interpretação necessária para se avançar no caminho da educação musical antirracista.

Sobretudo, podemos afirmar que a educação musical antirracista considera a valorização da forma de ser, de pensar e de viver das culturas afro-brasileiras, e o livro didático é um material poderoso, ao trazer a representatividade de forma positiva e, principalmente, a produção de conhecimento e de saberes fundamentais para a sociedade brasileira. Nesse sentido, a pesquisa revela como políticas públicas que tenham como agenda prioritária a superação do racismo fizeram com que a narrativa dos livros didáticos utilizados na educação básica fosse repensada e transformada. Assim, a música se mostra como uma potência na apresentação das narrativas da cultura afro-brasileira na educação básica.

Referências

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural: feminismos plurais*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264 p.
- ARAÚJO, Débora Cristina de; DANTAS, Luís Thiago Freire. Currículo des-oculto: outras vozes, outras epistemologias. *Revista Exitus*, Santarém/PA, v. 9, n. 4, p. 147 - 175, out./dez. 2019. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_

abstract&pid=S2237-94602019000400147&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 09 ago. 2023.

- BATISTA, Leonardo. M. Educação Musical, relações étnico-raciais e decoloneidade: tensões, perspectivas e interações para a Educação Básica. *Orfeu*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 111-135, 2018. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/orfeu/article/view/1059652525530403022018111>. Acesso em: 09 ago. 2023.
- BESSA, Beatriz de Souza. Artes musicais africanas e educação e educação básica brasileira: conexões entre Meki Nzewi e a minha prática pedagógica. In: SANTOS, Eurides; SODRÉ, Luan; SANTOS, Marcos (org.). *Música e pensamento afrodiaspórico*. Salvador, BA: Diálogos Insubmissos de Mulheres Negras, 2022. p. 59-84. E-book (525 p.) (Pesquisa em música no Brasil). Disponível em: <https://www.anppom.com.br/ebooks/index.php/pmb/catalog/view/36/15/149-1>. Acesso em: 03 ago. 2023.
- BRASIL. *Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 09 ago. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação/Secad. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica*. Brasília, DF: SECAD, 2004. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf. Acesso em: 15 ago. 2023.
- BRASIL. *Lei n. 11.645, de 10 março de 2008*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2008b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm. Acesso em: 09 ago. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. *Contribuições para implementação da Lei 10.639/2003*. Brasília, DF: MEC/SEPPPIR, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Orientações e ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília, DF: MEC/SECAD, 2006.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CARVALHO, José Jorge de. O Encontro de saberes como uma contribuição à etnomusicologia e à educação musical. In: LÜHNING, Angela; TUGNY, Rosângela Pereira de (org.). *Etnomusicologia no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 199-236.
- GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. *Dossiê Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 10, n. 18, p. 133-154, abr. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2011v10n18p133>. Acesso em: 09 ago. 2023.
- GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. *Currículo sem Fronteiras*, v.12, n.1, p. 98-109, jan./abr. 2012. Disponível em: http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/5_Gomes_N%20L_Rel_etnico_raciais_educ%20e%20descolonizacao%20do%20curriculo.pdf. Acesso em: 09 ago. 2023.
- GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *Geledés*, p. 39 - 62, 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Alguns-termos-e-conceitos->

- presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf. Acesso em: 09 ago. 2023.
- GOMES, Rodrigo C. S. Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de Música: notas sobre a operacionalização do conhecimento étnico nas práticas escolares. *Orfeu*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 96-110, 2018. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/orfeu/article/view/1059652525530403022018096>. Acesso em: 09 ago. 2023.
- GONZAGA, Eloisa Costa. *Da diversidade musical para uma educação musical antirracista: análise de três livros didáticos de Artes do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)*. 2020. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade do Estado de Santa Catarina. Centro de Artes. Programa de Pós-Graduação em Música, Florianópolis, 2020.
- LACERDA, Eva Alves. *A arte afro-brasileira no livro didático*. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.
- MAIO, Marcos Chor. Cor, intelectuais e nação na sociologia de Guerreiro Ramos. *Cad. EBAPE. BR*, Rio de Janeiro, v. 13, edição especial, art. 5, p. 605-630, set. 2015. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/14901>. Acesso em: 05 ago. 2023.
- MEIRA, Bea; PRESTO, Rafael; SOTER, Silvia; MACHADO, Taiana; ELIA, Ricardo. *Mosaico Arte: 8º ano*. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2018.
- MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o racismo na escola*. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação/SECAD, 2005.
- NOGUEIRA, Renato. *O ensino de filosofia e a lei 10.639*. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas: Biblioteca Nacional, 2014. p. 136.
- POUGY, Eliana; VILELA, André. *Teláris Arte: 8º ano*. São Paulo: Ática, 2018.
- PRASS, Luciana. Saberes musicais em uma bateria de escola de samba: ou por que “ninguém aprende samba no colégio”. *Em Pauta*, Porto Alegre, v.14/15, p. 5-18, 1998/1999. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/189584>. Acesso em: 03 ago. 2023.
- SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, Kabengele (org.). *Superando o racismo na escola*. 2. ed. revisada. Brasília: Ministério da Educação/SECAD, 2005. p. 21-37.
- SILVA, Djeane Vieira dos santos; PACHECO, Eduardo Guedes; OLIVEIRA, Wenderson Silva. Pondo fim aos cativéis: pistas-encruzilhadas curriculares em música e a construção de um novo mundo. In: SANTOS, Eurides; SODRÉ, Luan; SANTOS, Marcos (org.). *Música e pensamento afrodiáspórico*. Salvador, BA: Diálogos Insubmissos de Mulheres Negras, 2022. p. 209-251. E-book (525 p.) (Pesquisa em música no Brasil). Disponível em: <https://www.anppom.com.br/ebooks/index.php/pmb/catalog/view/36/15/149-1>. Acesso em: 03 ago. 2023.
- SOUZA, Karla Beatriz Soares de. *Abram os livros, por favor... Representações de ensino aprendizagem de música nos conteúdos do livro didático de arte do PLND (2015 a 2017)*. 2018. 263 p. Dissertação (Mestrado em Música) – Programa de Pós-Graduação, Instituto de Artes, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.
- UTUARI, Solange; FERRARI, Pascoal; KATER, Carlos; FISCHER, Bruno. *Por toda parte: 8º ano*. 2 ed. São Paulo: FTD, 2018.

Convite para reflexão e debate

No livro intitulado *O perigo de uma história única*, Chimamanda Ngozi Adichie (2019) discute sobre as narrativas que são contadas a partir de uma perspectiva que reflete uma estrutura de poder e dominação. O referido texto é uma adaptação da primeira palestra proferida pela autora no TED Talk, em 2009⁹. Em uma passagem de sua fala na palestra, referindo-se às expectativas de uma colega em relação às condições de vida das pessoas na África e às suas preferências musicais, que não eram de *música tribal*, ela relata:

Depois que passei alguns anos nos Estados Unidos como africana, comecei a entender a reação de minha colega de quarto em relação a mim. Se eu não tivesse crescido na Nigéria, e se tudo que eu conhecesse sobre a África viesse das imagens populares, também ia achar que se tratava de um lugar com paisagens maravilhosas, lindos animais e pessoas incompreensíveis travando guerras sem sentido, morrendo de pobreza e AIDS, incapazes de falar por si mesmas e esperando para serem salvas por um estrangeiro branco e bondoso (Adichie, 2019, p. 18).

Na discussão apresentada neste capítulo, entendemos que as narrativas sobre as pessoas negras nos livros didáticos por muito tempo foram estereotipadas, por exemplo: a ideia da história sobre a escravidão no Brasil ser a única narrativa do povo negro. Partindo desse ponto, deixo os seguintes questionamentos:

Como podemos construir outras reflexões e práticas na área de educação musical, considerando as vozes e musicalidades afro-brasileiras, transformando essa narrativa que contou, por tanto tempo, uma história única na sala de aula?

Que caminhos podemos trilhar para que possamos desenvolver fundamentos teórico-metodológicos que reflitam os saberes e práticas musicais da população brasileira?

Como podemos pensar a elaboração de planejamentos em educação musical que contemplem os eixos pedagógico-musicais aqui discutidos: a presença de pessoas negras na música, suas vozes, saberes, conteúdos e musicalidades?

⁹ Recomendo assistir à palestra na íntegra, disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_ngozi_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br. Acesso em: 09 ago. 2023.





Livro produzido com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC), com apoio do Centro de Artes, Design e Moda da Universidade do Estado de Santa Catarina (CEART/UDESC).

www.udesc.br/ceart/inventa



Este livro tem formato de 20x27 cm,
miolo impresso em papel Offset 90 g/m²,
capa impressa em Supremo duo Design da Suzano.
Diagramado em Adobe Indesign com a fonte Adobe Garamond Pro.

É pesquisa.

É experiência-exercício.

É educação.

É insurgência.

É educação musical.

É trabalho de professoras e professores.

Este livro é pautado em diálogos com temáticas emergentes, contemporâneas à educação musical e mais do que necessárias para movimentar outras ideias e trazê-las ao contexto de nossas discussões e práticas profissionais.

As escritas são de autoras e autores que trazem de si o que pulsa no professorar. Professoras e professores tratam aqui das diversidades e diferenças, das criatividades, das infâncias, das negritudes e branquitudes, dos capacitismos e anticapacitismos.

São textos que testemunham o fazer reflexivo e profundo, de cada uma e cada um, e que declaram seu amor pela vida, pela educação, pela educação musical, pelo mundo. São produções desacomodadas que nos desestabilizam.

Reenfatizo: é trabalho de professoras e professores que têm na música sua conexão com o mundo, com as educações e seus enfrentamentos para a construção humana.

Eis o sentido da insurgência: forma de potencializar a construção de utopias.

Cláudia Ribeiro Bellochio

